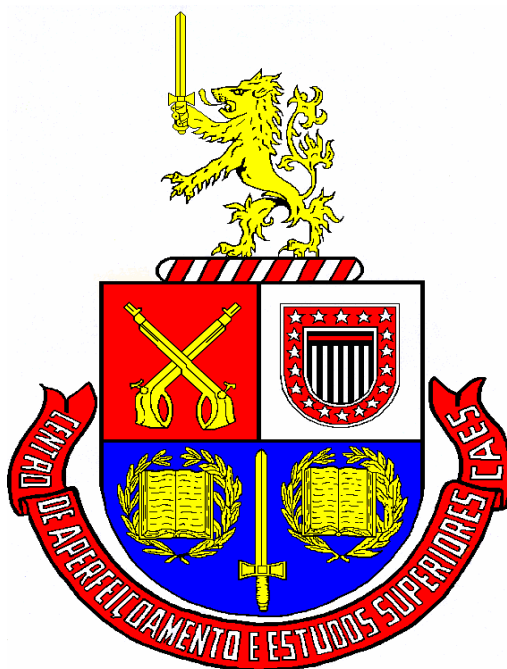


**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**CENTRO DE APERFEIÇOAMENTO E ESTUDOS SUPERIORES**  
**CURSO SUPERIOR DE POLÍCIA – I/2000**



**INTERFACE CRÍTICA DA POLÍCIA  
MILITAR**

**Maj PM ELISEU LEITE DE MORAES**

**São Paulo**  
**2000**

# SUMÁRIO

RESUMO .....	10
INTRODUÇÃO .....	11
1 PROTEGER O HOMEM PARA SALVAR A HUMANIDADE .....	15
2 DIREITOS HUMANOS .....	19
2.1 Conceito de Direitos Humanos .....	20
2.2 Planos de Proteção dos Direitos Humanos .....	22
2.3 Características dos Direitos Humanos .....	23
2.4 Limites dos Direitos Fundamentais .....	26
2.5 Condições de Implementação dos Direitos Humanos .....	28
3 O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E OS PRINCÍPIOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS .....	31
3.1 As Expressões “Regime” e “Princípios” do art. 5º, § 2º, da Constituição Federal .....	31
3.2 O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana no Centro dos Direitos Fundamentais .....	35
3.2.1 Significado do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana .....	37
3.2.1.1 Dignidade da Pessoa Humana e Liberdade .....	44
3.2.1.2 A Dimensão Cultural da Dignidade da Pessoa Humana .....	45
3.2.1.3 Dignidade da Pessoa Humana e Dignidade Humana .....	46
3.2.1.4 Dimensão Comunitária da Dignidade da Pessoa Humana .....	47
3.2.1.5 Contextualização Histórico-Cultural da Dignidade da	

Pessoa Humana .....	48
3.2.2 Conteúdo ou Âmbito de Proteção da Dignidade da Pessoa Humana .....	49
3.2.2.1 Limitando o Exercício do Poder .....	51
3.2.3 <i>Status</i> Jurídico-Normativo Constitucional .....	52
3.2.3.1 Intangibilidade e Restrições à Dignidade da Pessoa Humana .....	56
3.2.4 Dignidade da Pessoa Humana e os Direitos e Garantias Fundamentais .....	59
 4 DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS .....	65
4.1 O Sistema Internacional de Proteção dos Direitos Humanos .....	70
4.2 O Sistema Interamericano .....	72
 5 O SISTEMA DE PROTEÇÃO DA ONU E AS DIFICULDADES BRASILEIRAS .....	74
5.1 O Quadro Normativo e os Conceitos de Controle .....	77
5.2 Os Mecanismos Não-Jurídicos de Controle .....	82
5.3 As Dificuldades Brasileiras .....	85
 6 SEGURANÇA CIDADÃ E DIREITOS HUMANOS .....	92
6.1 Militar ou Policial? .....	93
6.2 A Cultura da Paz .....	98
6.3 Papel da PM .....	100
 7 O POLICIAL MILITAR E OS DIREITOS HUMANOS .....	103
 8 PADRÕES INTERNACIONAIS SOBRE CONDUTA POLICIAL ÉTICA E LEGAL .....	108
8.1 Princípios Fundamentais .....	109

8.2 Disposições Específicas .....	110
8.3 Responsabilidade Individual .....	112
8.4 O Dever de Comunicar Violações .....	115
 9 PADRÕES INTERNACIONAIS SOBRE O USO DE FORÇA E DE ARMAS DE FOGO PELA POLÍCIA .....	 117
9.1 Princípios Fundamentais .....	118
9.2 Disposições Específicas .....	119
9.2.1 Regras e Uso Diferenciado de Força e de Armas de Fogo .....	120
9.2.2 Os Meios Não-Violentos como Primeira Tentativa .....	123
9.2.3 Prática de Medidas Humanitárias e de Moderação .....	123
9.2.4 O Uso de Força Deve Ser Comunicado .....	124
9.2.5 Uso de Armas de Fogo .....	124
 10 USO DE FORÇA E OSTENSIVIDADE NA AÇÃO POLICIAL-MILITAR .....	 125
 11 A INTERFACE CRÍTICA DA PM .....	 135
11.1 Responsabilidades dos Dirigentes da Polícia e Expectativas Sociais .....	 135
11.2 Imagens de Policial .....	138
11.3 A Busca Constante da Melhoria Profissional e suas Dificuldades .....	 141
11.4 Zona Tênu entre o Acerto e o Erro .....	143
11.5 Balizamento e Atributos da Conduta Policial-Militar .....	145
11.6 A Força do Exemplo .....	147
11.7 Reflexões sobre a Violência .....	149
11.8 Cenário Preocupante .....	157
11.9 A Interface Crítica .....	171

12 PROPOSTAS .....	176
CONCLUSÃO .....	195
BIBLIOGRAFIA .....	200
ANEXO 1 – Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei e Princípios Orientadores para sua Aplicação Efetiva .....	203
ANEXO 2 – Princípios Básicos sobre o Uso de Força e de Armas de Fogo .....	212
ANEXO 3 – Declaração Universal dos Direitos Humanos .....	220
ANEXO 4 – Convenção contra Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes .....	225
ANEXO 5 – Convenção Americana de Direitos Humanos “Pacto de San José de Costa Rica” .....	236

## RESUMO

A compreensão de que o processo operacional **abordagem** é a **interface crítica** da Instituição Polícia Militar, revela-se importante para aprimorar tal processo e evitar mortes desnecessárias, seja de PM ou de civis. Toda organização de prestação de serviço, pública e privada, tem interfaces de contato com o público, sendo essa a hora em que sua performance é avaliada e o nível de seu profissionalismo é aferido. Dentre as várias interfaces PM-Cidadão, a abordagem de pessoas em atitudes suspeitas ou já identificadas como infratoras, estejam elas a pé, em veículo ou dentro de edificação, tem se revelado como a mais crítica. Nela, o uso da força ou de arma de fogo

normalmente são necessários, e os riscos à integridade física e à vida estão sempre presentes, tanto para o PM como para o infrator e demais pessoas que se encontram no local ou nas imediações. As estatísticas mostram que nunca a PM prendeu tantas pessoas em flagrante delito ou procuradas pela justiça, apreendeu tantas armas de fogo, atendeu a tantas ocorrências, por um lado, mas também que nunca tantos policiais-militares foram feridos ou mortos por marginais, por outro. Com essa leitura, torna-se premente a necessidade de aprimorar técnicas de abordagem policial que dêem segurança aos PM e civis, ancoradas em condutas éticas e legais, ao mesmo tempo em que se observam os princípios de Direitos Humanos, a fim de reduzir o número de vítimas fatais e melhorar e preservar a imagem da Instituição.

Este trabalho delinea um rápido panorama do Direito Internacional dos Direitos Humanos e seu sistema de proteção; expõe os padrões internacionais de conduta policial ética e legal e de uso de força e de armas de fogo, para, depois, analisar a interface crítica da Polícia Militar, apresentando-se propostas para reduzir essa criticidade.

Os dados estatísticos foram obtidos por meio de pesquisas bibliográficas e documentais.

***Para consultar a Monografia completa, entre em contato com o Departamento de Polícia Comunitária e Direitos Humanos por e-mail [direitoshumanos@polmil.sp.gov.br](mailto:direitoshumanos@polmil.sp.gov.br) ou pelo telefone (11) 3327-7053.***